

REGULAMENTO CRÉDITO EDUCACIONAL +MAISACESSO – GRADUAÇÃO PRESENCIAL CONVÊNIO PRÓ-ENSINO SOCIEDADE CIVIL LTDA – FUNDACRED

Art. 1º – A PRÓ-ENSINO SOCIEDADE CIVIL LTDA, entidade mantenedora da FADISMA, por meio do convênio estabelecido com a Fundação de Crédito Educativo – Fundacred, concederá crédito educacional aos estudantes selecionados dos cursos de graduação modalidade presencial, observadas as disposições seguintes.

DA SOLICITAÇÃO

Art. 2º – O(A) candidato(a) ao crédito deverá preencher um formulário de inscrição no endereço eletrônico <https://maisacesso.fundacred.org.br>, realizar o *upload* dos documentos indicados no art. 3º, de forma legível, e clicar em “Concluir”, para que a inscrição seja considerada válida e completa.

Art. 3º – O(A) candidato(a) deverá realizar o *upload* (envio de arquivos por computador) dos seguintes documentos:

- a) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Carteira de Identidade (RG);
- c) Comprovante de residência atualizado (conta de água, energia elétrica, gás, telefone/internet, boletos emitidos pela IES, ou fatura de cartão de crédito, com vencimento nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data do envio da solicitação);

DAS VAGAS

Art. 4º – O +MAISACESSO será ofertado conforme interesse e disponibilidade financeira da IES, para os cursos de graduação, exclusivamente para a modalidade presencial, em benefício dos(as) alunos(as) calouros(as) e/ou veteranos(as).

DOS REQUISITOS DE SELEÇÃO, OBTENÇÃO E MANUTENÇÃO DO CRÉDITO

Art. 5º – A seleção, concessão e manutenção do crédito obedecerão, fundamentalmente, aos seguintes critérios:

- I – estar em situação financeira regular junto à FADISMA; se inadimplente, regularizar os débitos;
- II – não ser beneficiário(a) de nenhum outro programa, vantagem ou benefício ofertado pela FADISMA, poder público ou entidade privada;
- III – observar os prazos estabelecidos para a contratação.

DO VALOR DO CRÉDITO

Art. 6º – O crédito concedido corresponderá ao valor da(s) parcela(s) e percentual de cobertura autorizados pela IES.

Parágrafo único. Descontos eventualmente concedidos pela FADISMA, incidirão apenas sobre os valores não cobertos pelo crédito, ou seja, fração da(s) parcela(s) paga diretamente à IES.

DO CONTRATO

Art. 7º – O direito ao crédito só emerge com a efetiva formalização de um contrato virtual, que será disponibilizado pela Fundacred em <https://maisacesso.fundacred.org.br>, a partir da realização do aceite pelo(a) candidato(a) beneficiado(a).

DA RESTITUIÇÃO

Art. 8º – A restituição da quantia contratada obedecerá às seguintes condições:

- I – a exigibilidade da contraprestação ocorrerá conforme os vencimentos e prazos expressos em contrato, ou seja, no mês subsequente a data prevista para o término do curso, estabelecidos com base na seriação aconselhada (tempo mínimo para conclusão), obedecida rigorosamente a grade curricular, segundo orientação da instituição de ensino; ressalva-se a hipótese de conclusão do curso antes da data prevista, em que a restituição do crédito será automaticamente antecipada;
- II – as parcelas terão vencimentos mensais e sucessivos, em número igual ao estabelecido em contrato;
- III – o valor contratado será atualizado pela variação mensal do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), desde a concessão do crédito até o mês de restituição de cada parcela atinente à contraprestação, considerando apenas índices positivos (maiores que zero); e, caso ocorra a extinção do INPC, utilizar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- IV – sobre o valor de cada parcela a restituir, a título de taxa de administração, será acrescido 0,80% (zero vírgula oitenta por cento) ao mês, computado entre a data da contratação do crédito e a efetiva restituição.

Parágrafo primeiro. A taxa de administração estabelecida no inciso IV, poderá ser repactuada para o patamar de 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) ao mês, desde que:

- a) não haja ação judicial envolvendo o negócio em questão;
- b) o(a) Contratante/Beneficiário(a) apresente um fiador que atenda os requisitos estabelecidos no regulamento CredIES FADISMA e ambos firmem novo(s) contrato(s) de crédito educacional, na condição de coobrigados solidários.

Parágrafo segundo. A repactuação da taxa de administração, prevista no parágrafo anterior, não alcançará parcelas e/ou contratos liquidados.

DO CANCELAMENTO

Art. 9º – Se implementada qualquer das condições abaixo, o crédito poderá ser cancelado e a exigibilidade da contraprestação de todos os contratos particulares de crédito educativo e outras avenças, antecipada:

I – solicitação expressa do(a) beneficiário(a);

II – trancamento de matrícula, salvo ocorrendo o retorno no período imediatamente subsequente;

III – cancelamento de matrícula, desistência ou abandono do curso;

IV – conclusão do curso antes do vencimento da primeira parcela de restituição do crédito educacional (art. 8º, inciso I);

V – transferência de instituição de ensino;

VI – inadimplência da parte não custeada;

VII – óbito do(a) beneficiário(a);

VIII – inobservância das condições estabelecidas no presente regulamento e no contrato particular de crédito educacional.

Parágrafo único. A restituição do(s) crédito(s) concedido(s) terá início após a rescisão/resilição de qualquer dos contratos de crédito educacional, de forma sequencial e em atenção a ordem de celebração dos pactos.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 – É obrigação do(a) candidato(a) verificar se o curso ao qual será dado cobertura possui autorização, reconhecimento ou reconhecimento renovado junto ao Ministério da Educação – MEC (<http://emec.mec.gov.br/>), em atenção às normas e aos prazos estabelecidos pela legislação competente.

Art. 11 – Caberá, ainda, ao(à) candidato(a) ler atentamente a [Política de Privacidade da Fundacred](#) para ter conhecimento sobre a coleta de dados pessoais e as finalidades do tratamento.

Art. 12 – Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Fundacred e/ou pela **PRÓ-ENSINO SOCIEDADE CIVIL LTDA.**

ATENÇÃO: PROCESSO INCOMPLETO NÃO SERÁ ANALISADO